

21/12/2018

## Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Composição Civil – Parte II

### Resumo

---

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

A composição será reduzida a escrito (colocada no papel), para que possamos ter isso documentado. O juiz não interfere na composição, as partes chegam a um entendimento. O juiz, posteriormente, apenas vai proferir uma sentença de cunho homologatório do acordo. E, trata-se de sentença irrecorrível no mérito, cabem embargos de declaração.

Depois de tudo acertado, chega na hora de cumprir o acordo e o sujeito não paga, vira um problema cível. O JECRIM pega um caso criminal e faz de tudo para evitar a aplicação da pena privativa de liberdade. Ele nos traz alternativas para que não venhamos a responder criminalmente. Então, se o acordo for descumprido, deverá sofrer execução no juízo civil competente.

### Exercícios

---

1. A respeito da composição civil dos danos marque a alternativa correta:

- a) a composição civil dos danos não precisará ser reduzida a escrito, nem homologada pelo juiz, sendo suficiente o acordo entre as partes para resolução do conflito.
- b) a composição civil dos danos será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz.
- c) a composição civil dos danos será reduzida a escrito, homologada pelo juiz, dessa se tenha caberá apelação.
- d) a composição civil dos danos será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz, no entanto, não terá eficácia de título executivo.

### Gabarito

---

1. Letra B